

# Inflação, agricultura e política monetária. - 3 MAI 1984

Ao mesmo tempo em que era divulgada a variação do índice de inflação no mês de abril — 8,9%, a menor do ano —, surgiam comentários especulativos sobre a possibilidade de as autoridades reverem as políticas monetária, fiscal e creditícia em curso.

Este é um fato que nos preocupa, pois, como dissemos recentemente em outro editorial, a única área onde tem havido continuidade, determinação e firmeza, num governo longamente dominado pela hesitação e pela incerteza, é justamente a da política monetária e, bem ou mal, é esta estabilidade, também, que nos pode trazer resultados positivos.

Conforme se percebeu mais uma vez, a variação do índice de inflação só não foi menor, em abril, devido à influência negativa das variações de preços em gêneros agrícolas e alimentícios principalmente.

O Índice de Preços no Atacado (IPA), que responde pela maior parte da formação do Índice Geral de Preços, isto é, que dá o tom, praticamente, do índice de inflação, teve uma elevação de 9,6% em abril, portanto superior à variação do IGP, o que significa que ajudou bastante a "puxá-lo" para cima.

Por outro lado, dentro do IPA o item que mais aumentou foi justamente o dos gêneros alimentícios, com 12,9%. Isto no conceito de disponibilidade interna, ou seja, de gêneros produzidos e comercializados aqui dentro, porque no conceito de oferta global, que inclui os comercializados internacionalmente, a variação do IPA foi de 10% e a dos produtos agrícolas foi de 17,1%.

Em resumo, os produtos agrícolas e os gêneros alimentícios "puxaram" o IPA, que, por sua vez, "puxou" o IGP. Conclui-se daí que a inflação continua a ser predominantemente pressionada pela escalada dos preços de produtos primários (gêneros e matérias-primas). Sabemos mais ou menos quais as razões disso: a retirada dos subsídios ao crédito rural; o reajuste realista dos combustíveis e insumos usados na atividade rural; a equiparação com preços internacionais em muitos casos; a liberação de controles, etc. A todas essas forças altistas, que têm atuado na formação de tais preços, o governo não quer opor uma forte resistência ou expedientes de circunstância (a não ser eventuais importações de gêneros) porque optou, estrategicamente, por uma política de fortalecimento e capitalização da agricultura e de liberalização gradual dessa atividade para que ela volte a ser regulada, na mais ampla escala possível, por forças de mercado.

As autoridades sabiam, desde o início do ano passado, que tal estratégia implicaria assistir durante período mais ou menos longo a uma contínua escalada dos preços agrícolas — que nos últimos 12 meses aumentaram 349,5%, mais do que qualquer outra coisa no Brasil. Este é o reverso da medalha de uma outra política anterior que consistiu em manter os preços agrícolas crescendo menos do que a inflação, por meio de diversos artifícios, e teve como contrapartida — para preservar um mínimo de rentabilidade e evitar que o agricultor abandonasse sua produção — a criação do vasto sistema de crédito subsidiado, preços mínimos, EGF, etc., compensações estas que se acabaram transformando em verdadeiros pesadelos administrativos.

Digamos, para sintetizar, que o governo escolheu pagar o preço político de ver os preços agrícolas liderarem e "puxarem" a inflação, porque a alternativa seria a completa débâcle das finanças públicas consumidas num déficit inteiramente incontrolável; uma alternativa inexistente na prática, mesmo porque afi estava o FMI para evitar que este governo decidisse deixar essa bomba para o próximo.

Esta política tem seus óbvios inconvenientes a prazo curto, seja a aceleração da inflação, seja a compressão dos orçamentos domésticos com consequente redução da disponibilidade para outros tipos de consumo, seja a turbulência social que provoca. Por outro lado, a valorização, via preços, da produção agrícola apresenta benefícios a médio e longo prazo. Sabe-se, por exemplo, que a produção agrícola total brasileira pode ser aumentada até 20%, segundo certos cálculos, sem um único hectare plantado a mais, apenas pela redução dos desperdícios — na colheita, no transporte, no consumo. A valorização é um estímulo poderoso e natural à redução dos desperdícios em todos os níveis. Além disso, ela tende a colocar em uso terras ociosas, além de atrair interesses e capitais modernos para a atividade rural, sem falar na ampliação da pesquisa científica e tecnológica, que se torna muito mais rentável com a valorização da produção rural. Os efeitos sociais de uma agricultura que passa não apenas a reter seus trabalhadores, mas a reconquistar mão-de-obra das cidades, também não devem deixar de ser notados nesse processo de valorização da produção agrária.

Parece-nos, portanto, que em princípio essa política está correta. A questão, como sempre, reside na sua dosagem. Ela poderia e deveria ter sido posta em prática em época de relativa folga cambial, quando o governo teria condições de ir dosando seus efeitos com importações. É mais uma prova de que as delongas em resolver um problema só fazem levá-lo à acumulação com outros, deixando tudo embaralhado. É possível que ao longo deste ano, com certo desafogo cambial externo e algum apoio de recursos fiscais excedentes, o governo possa preservar a diretriz liberalizante na política agrícola e ao mesmo tempo evitar os efeitos mais agudos dessa política na área da formação de preços.

É desse modo que se poderá conseguir resultados mais substanciais na luta contra a inflação, e não inventando mágicas na área da administração financeira, nem recuando nos propósitos de austeridade monetária e fiscal, como já se está insinuando. A carta do Ibre, da Fundação Getúlio Vargas, depois de dizer que o governo começa a adquirir certa margem de manobra e eficácia no manejo dos seus instrumentos administrativos, adverte muito bem contra a idéia de uma prematuridade revisão das metas do orçamento monetário e da execução da programação de 1984. Essa revisão, a nosso ver, só faria somar ao impulso inflacionário, que vem basicamente da área agrícola, novos impulsos de natureza monetária que a duras penas as autoridades vêm conseguindo refrear.